

OS ESTUDOS DE USUÁRIOS PARA AS MINORIAS SOCIAIS

Keitty Rodrigues Vieira

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação na Universidade Federal de Santa Catarina.

E-mail:

keitty_rodriguesvieira@hotmail.com

Cezar Karpinski

Professor Adjunto IV no Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina. Doutor em História pela mesma instituição.

E-mail: cezark@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo busca identificar relações dos estudos de comunidade da Escola de Chicago com o olhar da Ciência da Informação para as minorias sociais, analisando, especificamente, como esse processo pode ocorrer no escopo das bibliotecas escolares. A fundamentação teórica aborda aspectos referentes aos estudos de comunidade, estudos de usuários e minorias sociais. Nesta pesquisa, as minorias sociais consideradas foram o público LGBTTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), negros e indígenas. Reflete-se sobre a influência dos estudos de usuário no contexto da biblioteca escolar, ambiente que deve atender um público heterogêneo que precisa se sentir representado pela unidade de informação. O principal objetivo é o de identificar relações entre os estudos de comunidade da Escola de Chicago com os estudos de usuários da Ciência da Informação, especialmente as denominadas as minorias sociais no âmbito da biblioteca escolar. Conclui-se que a Ciência da Informação, enquanto área, ainda não está preparada para lidar com tais questões dentro do ambiente da biblioteca escolar. Por fim, a reflexão da importância desses espaços e do olhar do profissional da informação para com essas minorias sociais apresentadas é a principal contribuição deixada por esta pesquisa.

Palavras-chave: Estudos de usuários. Estudos de comunidade. Minorias sociais. Biblioteca Escolar.

USER STUDIES FOR SOCIAL MINORITIES

ABSTRACT

The present article aims to identify the relationships of the Chicago School community studies with the Information Science perspective for social minorities, analyzing specifically how this process can occur within the scope of school libraries. The theoretical foundation deals with aspects related to community studies, user studies and social minorities. In this research, the social minorities considered were the LGBTTT (Lesbian, Gay, Bisexual, Transvestite and Transsexual) public, black and indigenous. It reflects on the influence of user studies in the context of the school library, an environment that must attend a heterogeneous audience that needs to feel

represented by the information unit. The main objective is to identify relations between the studies of community of the Chicago School with the studies of users of Information Science, especially those denominated social minorities in the scope of the school library. It is concluded that Information Science, as an area, is not yet ready to deal with such issues within the school library environment. Finally, the reflection of the importance of these spaces and of the information professional's view towards these social minorities presented is the main contribution left by this research.

Keywords: User studies. Community studies. Social minorities. School Library.

1 INTRODUÇÃO

A biblioteca é um espaço que viabiliza o acesso ao conhecimento registrado e “no bombardeio visual dos dias que correm, a biblioteca tem um papel tão essencial quanto insubstituível” (GÓES, 2010, p.55). A partir disso e considerando que, muitas vezes, o ambiente escolar é o local que primeiro oferece o contato com a biblioteca, vê-se a importância do bibliotecário estar capacitado para atuar em tais campos de trabalho.

Contudo, a capacitação necessária a este profissional não se restringe apenas às técnicas e práticas biblioteconômicas que o auxiliam no processo de organização da informação, mas, também, à sua relação com os usuários, aqueles que são a razão primeira e última da própria existência de uma unidade de informação.

A biblioteca escolar, de fato, interfere na vida de seu usuário. Petit (2011, p. 30) comenta que só tomou consciência da importância das bibliotecas

[...] ao ouvir relatos de jovens que, graças a bibliotecas escolares e municipais, viram-se mais bem-equipados para criar uma margem de manobra em face dos determinismos sociais e familiares, às vezes muito pesados, a que estavam submetidos.

Sendo assim, este artigo propõe diálogos que relacionem os estudos de comunidade, promovidos pelo movimento da Escola de Chicago por volta das décadas de 1920 e 1930, com os estudos de usuários atuais realizados pela Ciência da Informação. O foco será na comunidade escolar que, como Petit (2011) menciona, pode se utilizar do

ambiente das bibliotecas escolares para ‘driblar’ os determinismos sociais. Este artigo se justifica pela necessidade de se pensar em formas de inclusão dos membros da comunidade escolar que, comumente, vem se denominando pelo conceito de “minorias sociais”. Neste trabalho, o termo “minorias” é entendido a partir do que estabelece Cândido (2017, p.32): “um grupo social (mesmo sendo maior numericamente, como, por exemplo, o caso dos negros no Brasil) que sofre subordinação a um outro grupo que afirma-se como ‘dominante’ e que impõe seus preceitos sociais, econômicos e políticos para os outros segmentos da sociedade”.

Portanto, com base em tais definições e pela necessidade de um escopo menos abrangente para a análise da pesquisa, optou-se em determinar por minoria social, neste artigo, a população LGBTTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), os indígenas e os negros. Ainda no que se refere ao recorte da pesquisa, a análise da temática se ateve ao escopo da biblioteca Escolar. Isto porque, de acordo com Lei nº 12.244 de 24 de maio de 2010, este ambiente deve estar preparado para receber todos os seus usuários e para inserir temáticas inclusivas cotidianamente. Sendo assim, a discussão presente neste artigo, além de contribuir para a ampliação do conhecimento no que diz respeito às bibliotecas escolares, auxilia a CI nas reflexões sobre as “minorias” em discussões voltadas aos estudos de usuários da informação.

A partir dessas reflexões iniciais, o questionamento que norteou a pesquisa da qual se originou este artigo foi: que relação pode-se estabelecer entre os estudos de comunidade da Escola de Chicago com o olhar da Ciência da Informação para as minorias sociais no escopo de atuação da biblioteca escolar? Como objetivo geral, buscou-se identificar relações entre os estudos de comunidade da Escola de Chicago com os estudos de usuários da Ciência da Informação, especialmente as denominadas minorias sociais, no âmbito da biblioteca escolar.

Os objetivos específicos que nortearam essa pesquisa são: a. Compreender os estudos de usuário a partir do desenvolvimento dos estudos de comunidade da Escola de Chicago; b. Versar sobre as minorias sociais existentes no Brasil; c. Refletir sobre as relações que os estudos de comunidade podem ter com o olhar da Ciência da Informação para estas minorias sociais, no contexto da biblioteca escolar.

Trata-se de uma pesquisa básica, qualitativa, exploratória e bibliográfica que utilizou como fontes de informação obras específicas sobre a Escola de Chicago, os Estudos de Usuário e Minorias Sociais. A partir disso, também foram feitas pesquisas exploratórias na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e na Base de Dados Referenciais de Artigos e Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) a fim de levantar o avanço quantitativo de artigos sobre as comunidades LGBT, dentro da área da Ciência da Informação. Também foram investigadas as atividades universitárias de pesquisa e/ou extensão que abrangem a população negra e indígena, a fim de melhorar, de alguma forma, o acesso à informação promovendo, portanto, a inclusão dessas minorias no contexto social acadêmico.

2 ESTUDOS DE COMUNIDADE DA ESCOLA DE CHICAGO

O que se convencionou chamar de “Escola de Chicago” na Biblioteconomia foi um movimento intelectual criado entre 1920 e 1930, a partir de pesquisadores, em sua maioria proveniente da Universidade de Chicago. Estes investigadores estavam envolvidos em pesquisas que seguiam a perspectiva da “Escola Sociológica de Chicago”, que era influenciada por teorias provenientes da Escola de Frankfurt, do pragmatismo de John Dewey e dos estudos sociológicos de Durkheim.

Vários dos professores de Biblioteconomia foram vinculados ao Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago. Esse vínculo influenciou, em grande medida, o fato de que as pesquisas da área de Biblioteconomia se voltassem à própria população de Chicago, acompanhando os estudos sociológicos. Dessa forma, a “comunidade” acabou se tornando o foco das pesquisas do movimento em questão, instaurando um novo campo de atuação biblioteconômico não mais voltado apenas às bibliotecas e seus acervos.

É importante considerar que naquele período havia muitos imigrantes na região de Chicago. Ao discorrer sobre este assunto, Araújo (2010, p. 6) faz uma comparação da transformação da cidade de Chicago numa Babel constituída de habitantes vindos de locais distintos, com “hábitos culturais, de sociabilidade, de etiqueta, de higiene, extremamente diferentes, convivendo cotidianamente, muitas vezes, sem instrumentos que possibilitassem a compreensão mútua entre os diferentes atores”.

A cidade não estava preparada para lidar com esses imigrantes e, muito menos, sanar as novas necessidades de emprego, saneamento e demanda cultural que estavam surgindo. Esse fato fez com que professores da Universidade de Chicago, como Albion Small e William Thomas propusessem a realização de pesquisas que envolvessem a comunidade local como um meio para melhor compreendê-la e, a partir disso, pensar em possíveis soluções para os desafios econômicos e sociais que surgiam naquele período.

Goldenberg (2011, p. 27) ressalta que a principal característica da pesquisa na Escola de Chicago é a produção de conhecimentos úteis “para a solução de problemas sociais concretos que enfrentava a cidade de Chicago”. Por isso, “grande parte de seus estudos refere-se aos problemas de imigração e da integração dos imigrantes à sociedade americana, delinquência, criminalidade, desemprego, pobreza, minorias e relações raciais” (GOLDENBERG, 2011, p. 27).

Howard Becker (1996) menciona que o Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago publicava o *Local Community Fact Book* a cada década. Esta referência cobria as diversas comunidades não só com dados estatísticos e demográficos, mas também sobre criminalidade e qualquer outro assunto que se considerasse pertinente sobre determinado grupo. Esses dados eram coletados em pesquisas dos docentes e discentes da Universidade de Chicago que, no primeiro momento, eram de caráter quantitativo, mas, ao se tornarem fontes de informação, permitiam também a análise qualitativa às demais áreas científicas como, por exemplo, Arquitetura, Ciências da Saúde e a própria Biblioteconomia.

Pensando no desenvolvimento biblioteconômico estadunidense, Ortega (2004) comenta que a *Graduate Library School*, da Universidade de Chicago, pode ser considerada o centro intelectual da Biblioteconomia dos EUA, principalmente entre as décadas de 1930 e 1960. Nesse sentido, a autora conclui que as pesquisas provenientes do Departamento de Biblioteconomia da Universidade focavam na função social da biblioteca e do bibliotecário, o que é um traço característico da ligação da área com a abordagem sociológica.

Tal função social tornava-se evidente nos estudos desenvolvidos por membros da Escola de Chicago por meio da promoção de uma vertente humanística que se fazia presente, até mesmo, nas atividades de cunho prático da profissão. Uma vez que a prática,

quando realizada tendo o usuário como seu principal objetivo, faz jus ao que chamamos de função social ou missão social do bibliotecário. Além disso, a biblioteconomia na Universidade de Chicago dialogava, conscientemente, com a sociologia de Durkheim e com o pragmatismo de John Dewey, reforçando o caráter humanístico e social dos estudos ali desenvolvidos.

Por influência dos estudos de comunidade difundidos pelo movimento da Escola de Chicago dentro da Sociologia, a Biblioteconomia passa a realizar essa mesma tipologia de estudo sob uma ótica voltada à “comunidade” atendida pelas bibliotecas. Posteriormente, este tipo de investigação seria conhecido como “estudos de usuários”.

De acordo com Cunha e Cavalcanti (2008), os estudos de usuário se referem às pesquisas preocupadas em identificar o que as pessoas necessitam quando o assunto é informação e, também, se estão satisfeitas ou não com o serviço disponibilizado. O uso da informação, segundo os mesmos autores, também faz parte daquilo que é conhecido por estudos de usuário.

Figueiredo (1994) faz um paralelo entre os estudos de usuário hodiernos e os estudos de comunidades da Universidade de Chicago. Segundo ela, estas perspectivas trouxeram à pesquisa biblioteconômica a ênfase às necessidades de informação e não apenas ao documento enquanto um registro físico. Esse foco dado à informação é um ponto abordado pela Ciência da Informação que, pela influência da Biblioteconomia, insere os estudos de usuários em seu escopo de pesquisa. Prova disso é a existência de trabalhos realizados por pesquisadores da Ciência da Informação nesta temática e das grades curriculares dos cursos de pós-graduação na área que apresentam a disciplina de “Estudos de usuários”, e correlatas, em seus projetos político-pedagógicos.

Na produção nacional sobre estudos de usuário, por exemplo, numa rápida pesquisa à Base de Dados (BRAPCI), com os termos “estudos de usuários”, no campo “título” e no recorte temporal de 2008 a 2018, foram recuperados, no dia 23 de março de 2018, 38 artigos. Essa produção bibliográfica demonstra um crescimento contínuo na temática, uma vez que os artigos são resultados de pesquisa científica e, geralmente, aplicada.

Já sobre a presença da disciplina “Estudos de Usuários” nas matrizes curriculares dos cursos de graduação em Biblioteconomia, pode-se dizer que este componente veio em

obediência às diretrizes curriculares nacionais. Em dois momentos o documento especifica competências aos egressos voltadas aos usuários das unidades de informação. Segundo o Ministério da Educação (2001, p.32), os bibliotecários formados no Brasil deverão, entre outras atribuições, “traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação”. Além disso, recomenda-se aos cursos de Biblioteconomia que “os projetos acadêmicos acentuem a adoção de uma perspectiva humanística na formulação dos conteúdos, conferindo-lhes um sentido social e cultural que ultrapasse os aspectos utilitários mais imediatos sugeridos por determinados itens” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2001, p.33).

Os subsídios supracitados reforçam a emergência de estudos voltados ao material humano presente nas relações cotidianas do bibliotecário. Por isso, embora os estudos realizados pela Escola de Chicago objetivassem o mapeamento de dados sociais para fins de controle e melhoria de vida para a população em geral, trazer esse debate para o contexto atual potencializa a necessidade de refletir sobre a representação das minorias sociais no âmbito de cada unidade de informação. Sendo assim, apresenta-se, a seguir, uma breve reflexão sobre o conceito e a abrangência desta comunidade de usuários que comumente se define como “minorias sociais”.

3 MINORIAS SOCIAIS

Em sua obra, Becker (2009) comenta que o ser humano precisa conhecer sobre a sociedade na qual está inserido a fim de organizar seu próprio comportamento em meio ao ambiente em que vive. Ainda neste diálogo, o autor afirma que, para compreender mais sobre tal sociedade, nós

Conversamos com pessoas de todos os tipos em todos os tipos de situação. Evidentemente, não de *todos* os tipos: a experiência social de tipo face a face é limitada pelas relações sociais, a situação na sociedade, os recursos econômicos, a localização geográfica. [...] Assim, procuramos ‘representações da sociedade’ em que outras pessoas nos falam sobre todas essas situações, lugares, épocas que não conhecemos em primeira mão, mas sobre os quais gostaríamos de saber. (BECKER, 2009, p. 18, grifo do autor)

Contudo, a problemática das representações sociais sob o ponto de vista dos estoques de informação surge a partir do momento em que determinados grupos são deixados à margem desse processo. Essa exclusão social não diz respeito apenas ao caráter do profissional que está administrando aquela unidade de informação, mas sim de uma construção social e cultural que permeia a história do Brasil.

Sendo assim, as minorias sociais que podem ser definidas como esses grupos deixados à margem da sociedade por questões físicas, sociais, culturais, econômicas e/ou religiosas ainda necessitam de representatividade social e, principalmente, de respeito por parte daquelas que são considerados como maioria em nosso país. Estes, por sua vez, são caracterizados, geralmente, pela cor de pele branca, por sua opção heterossexual e por viver em ambiente urbano. A partir deste padrão, segregam-se a população LGBTTT, as comunidades indígenas e os negros que, embora representem um número expressivo na sociedade, são considerados ‘minorias sociais’.

O movimento LGBTTT surgiu nos Estados Unidos e ganhou representatividade mundial com o passar dos anos. No Brasil, Calixto, Côrtes e Soares (2016) afirmam que foi na década de 1970 que os grupos começam a surgir e a se preocupar com a defesa dos seus direitos. No entanto, somente nos anos 1980 que este público começa a ser visibilizado nacionalmente, principalmente na mídia televisiva. O primeiro casal homossexual feminino das novelas brasileiras, por exemplo, é do ano de 1988, na novela ‘Vale Tudo’. A partir daí a televisão começou a explorar mais esse público e, hoje, já vemos personagens transexuais e travestis sendo retratados pela teledramaturgia brasileira. É importante salientar que nem sempre a mídia tem o interesse de retratar realidades com o objetivo dar representatividade às categorias “marginais”, pois muitas vezes reforçam-se os preconceitos, os estereótipos, papéis e lugares sociais que lhes são atribuídos pela cultura hegemônica.

O certo é que, independente da visibilidade midiática recorrente nos últimos anos, esse grupo ainda sofre cotidianamente com o preconceito a respeito de sua opção sexual, cor ou etnia. Muitos destes conflitos têm início na infância e adolescência, período da vida em que se deve passar maior tempo no ambiente escolar. Entende-se, então, que neste momento todos profissionais ligados à escola deveriam estar preparados para lidar com atitudes preconceituosas e ofensivas.

No que diz respeito aos indígenas, segundo dados do IBGE (2010), sua presença se encontra em todas as regiões do Brasil. O Instituto de Estudos Latino-Americanos (2016?), reforça o desafio brasileiro de promover o acesso à informação como principal facilitador da noção de igualdade entre o “índio” e o “não-índio” tendo em vista o número significativo de indígenas presentes no país.

Já para os negros, o acesso à informação e à própria educação foi, historicamente, dificultado pelo próprio Estado. Em termos legais, o decreto que proibia os negros de frequentarem as escolas durou até a Proclamação da República (1889), contudo, a abolição da proibitiva não sanou a situação pela falta de ações que facilitassem a inserção dos negros em ambientes educacionais. Silva (2016) ressalta que a população recém-liberta com a abolição da escravatura não foi beneficiada com nenhum ganho simbólico ou de cunho material.

Gomes (2004, p. 60) afirma que, a partir da segunda metade do Século XX, “o movimento negro organizado cumpriu papel determinante para o estabelecimento do atual estágio de debates quanto às desigualdades raciais e proposição de políticas de inclusão”. Contudo, a população negra ainda sofre preconceitos que se reverberam nas redes sociais, na escola, no mercado de trabalho, entre outros.

Historicamente, o conceito de “minorias” vem sendo abordado pela sociologia e ciência política desde a segunda metade do Século XX, primeiramente na discussão sobre a representação política desta categoria em regimes democráticos onde a maioria seria sempre a única representada. Neste contexto, é pertinente a conceituação de Chaves (1971, p.149):

Na literatura sociológica a palavra minoria tem sido utilizada freqüentemente [sic] em dois sentidos. Significa primeiro, mais amplamente, um grupo de pessoas que de algum modo e em algum setor das relações sociais se encontra numa situação de dependência ou desvantagem em relação a um outro grupo, "maioritário", ambos integrando uma sociedade mais ampla. As minorias recebem quase sempre um tratamento discriminatório por parte da maioria. [...]. Segundo, exprime as denominadas "minorias nacionais", grupos raciais ou étnicos que, em situação de minoria, cointegram juntamente com uma maioria um determinado Estado.

A partir do primeiro significado exposto pelo autor supracitado, à categoria “minorias” se juntou o conceito de “social” que passou a enfatizar os grupos que, ao longo do processo histórico, sofreram marginalização ou segregação social por serem considerados “diferentes” da maioria. Dessa forma, o termo “minorias sociais” é hoje utilizado tanto em estudos acadêmicos como pela mídia em geral, no combate ao preconceito, discriminação e violência. Sendo assim, atitudes tanto de inclusão quanto de discriminação dessas minorias podem ocorrer dentro do espaço das unidades de informação e cabe aos seus profissionais se prepararem para lidar com tal situação.

4 DISCUSSÃO

Os estudos de usuário fazem parte das pesquisas realizadas na área da Ciência da Informação e, um reflexo disso, é a produção científica divulgada em periódicos e eventos acerca do tema. Porém, ainda se percebem poucas iniciativas que abordem as minorias sociais destacadas acima, embora existam estudos relacionando a temática com o ambiente da biblioteca escolar. Mas como é possível atingir esse público e, principalmente, as outras pessoas que não fazem parte dessas minorias e que, de alguma forma, melhore as questões sociais que permeiam essa temática?

Algumas ações em desenvolvimento podem servir de exemplos e auxiliar a potencialização de estudos e práticas para a Ciência da Informação. O Instituto de Estudos Latino-Americanos, vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina, por meio do projeto de extensão Indígena Digital, criado em 2011, busca amenizar os preconceitos existentes contra esse povo.

A implantação de núcleos dentro das universidades públicas que promovem eventos de pesquisa e extensão, como o Núcleo de Estudos Afro Brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina (NEAB-UDESC) também é uma forma de se trazer esse diálogo. Neste caso, considera-se o fato da existência de uma biblioteca de referência que, além de dar suporte ao grupo, também possibilita o contato de estudantes do curso de Graduação em Biblioteconomia com pesquisadores influentes da temática afro-brasileira e com fontes de qualidade.

Em compensação, a iniciativa LGBTTT ainda é abordada com timidez no contexto científico nacional. Realizando uma breve busca do termo ‘LGBT’¹ na BDTD, em março de 2018 com o filtro ‘assunto’, apenas 43 documentos foram recuperados. Ao especificar a busca na área da Ciência da Informação, utilizando a BRAPCI, a busca pelo termo “LGBT” em “todos os campos” e sem recorte temporal recupera apenas 09 artigos, também em março de 2018.

Esses dados primários e, obviamente carentes de aprofundamento, servem apenas para mostrar que, mesmo com iniciativas institucionais – sem levar em conta aqui as lutas dos movimentos sociais – ainda há muito que se fazer para a temática das “minorias sociais” na área da Ciência da Informação. Entende-se que o profissional da informação também deva assumir esse compromisso por conta do escopo de sua própria profissão que, além das já citadas anteriormente, é também “responder a demandas sociais de informação produzidas pelas transformações tecnológicas que caracterizam o mundo contemporâneo” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2001, p.32)

Nesse sentido, voltar ao contexto histórico dos estudos de comunidade da Escola de Chicago pode ser útil para a área, uma vez que a temática exige pesquisas de caráter qualitativo. Refletir sobre os estudos das comunidades de Chicago, cujas metodologias auxiliaram o pensamento biblioteconômico de autores cruciais para a área como Jesse Shera e Lester Asheim, pode resultar na compreensão das necessidades desta tipologia de usuários. Assim, fomenta-se entre os cientistas da informação uma visão panorâmica da sociedade, promovendo uma política de informação inclusiva e social que lhe auxilie em todas as tarefas pertinentes à sua profissão.

Nesse sentido se faz interessante uma aproximação entre as temáticas abordadas até aqui com o escopo da biblioteca escolar. Isso porque, De acordo com Cunha e Cavalcanti (2008), a biblioteca escolar seria uma biblioteca ligada às instituições de cunho educacional de ensino fundamental e médio destinada, principalmente, aos professores e alunos. Devido à lei nº 12.244 de 24 de maio de 2010 que prevê que toda escola tenha uma biblioteca até 2020 e sendo o ensino fundamental obrigatório, subentende-se que as

¹ Utilizou-se o termo ‘LGBT’ na busca, tendo em vista que a sigla ‘LGBTT’ ainda é muito recente e ainda está sendo absorvida pelo meio científico.

crianças, quando não estimuladas no âmbito familiar, terão seu primeiro contato com uma unidade de informação por meio das bibliotecas escolares.

Guimarães (2013, p. 19) comenta que “o contato cotidiano com livros é fundamental para o desenvolvimento do hábito de ler” e, além disso, defende que o contato com os livros possibilita a descoberta de novas culturas, sentimentos e semelhanças que fazem os sujeitos unirem-se enquanto seres humanos. A partir disso, conhecer as minorias sociais e as causas de sua exclusão por meio da literatura infantil não só ajuda a criança a romper os preconceitos estabelecidos pela sociedade, como fomenta a criação do senso crítico. Sendo assim, desde os anos iniciais, pode-se promover uma relação de igualdade e naturalidade no contato com o outro.

Lembra-se, também, que as escolas de ensino médio trabalham com adolescentes que, constantemente vivem com situações de *bullying*² que podem influenciar diretamente em sua saúde psicológica a ponto de refletir tanto no desempenho pessoal quanto educacional deste jovem. Nesse sentido, Corrêa et al (2002, p. 107) reforçam a ideia de que o ensino escolar é responsável por “transmitir noções gerais de história e cultura que servirão de base para toda a transformação que o indivíduo poderá sofrer e/ou exercer sobre a sociedade”. Portanto, quanto mais o bibliotecário se voltar a atividades que discutam a inserção de minorias sociais no ambiente social, mais a biblioteca escolar pode melhorar, de alguma forma, a vida em sociedade desses usuários.

Figueiredo, em 1999, já falava da mudança de paradigma da Ciência da Informação que passa a se preocupar com o usuário, afinal, “uma necessidade de informação não pode ser separada da situação que a criou e do indivíduo que a percebeu” (FIGUEIREDO, 1999, p. 13). Por isso, conhecer o contexto histórico e social da população que se quer atingir é fator primordial para que se consiga atender melhor suas necessidades de informação.

Retomando ao que foi comentado sobre a marca da pesquisa qualitativa realizada pela Escola de Chicago a partir de Goldenberg (2011), percebe-se a necessidade de manter a prática da biblioteca escolar de acordo com a realidade social do país. Casos de

² De acordo com Adams e Crawford (1992, p.3 apud SOARES, 2012, p.284), o termo bullying se refere a “críticas persistentes e abusos pessoais, em público ou em privado, que humilham e inferiorizam a pessoa que é o alvo destes gestos”.

preconceitos e ataques a pessoas negras, indígenas e pertencentes ao público LGBTTT estão na mídia para mostrar como esse público precisa de atenção e como essas minorias precisam ter seu espaço respeitado dentro dos ambientes de interação social.

O profissional da informação que atua em bibliotecas escolares pode fazer uso de inúmeras possibilidades que o ajudam a cumprir com o objetivo social da área. Os estudos de usuário atualmente, assim como os antigos estudos de comunidade, trabalham com aquele que utiliza o acervo da instituição, com aquele que deve ser tratado como prioridade quando qualquer alteração for feita na unidade de informação, seja ela relacionada ao acervo, ao espaço físico e até à própria forma de disponibilização de um serviço.

As necessidades das minorias sociais foram observadas pelos pesquisadores da Escola de Chicago e a Biblioteconomia também aproveitou esse campo de estudo que surgiu. Araújo (2012) destaca estudos de usuários que deram visibilidade a alguns públicos que já se encontraram às margens da sociedade (e que, em alguns casos, ainda se encontram) e que foram utilizados não só para o desenvolvimento de determinadas pesquisas, mas como pontos de partida para discussões dessas realidades que o profissional da informação também deve atuar.

O mesmo autor comenta ainda sobre cinco estudos de usuários que, segundo ele, correspondem ao paradigma social da Ciência da Informação.³ Dentre esses estudos, destacamos os que mais se aproximam do conceito de 'minorias sociais' abordado nesta pesquisa. Os estudos que se destacam são estudos de usuários voltados aos presidiários da Penitenciária José Maria Alkmin, (SILVA, 2008a) e, o outro, acerca das profissionais do sexo (SILVA, 2008b).

Percebe-se aí, reflexos de como a Ciência da Informação tem olhado seus usuários da informação. Semelhante aos estudos de comunidade da Escola de Chicago, a Ciência da Informação busca atender as necessidades informacionais da população e esses grupos não podem ser deixados à margem das pesquisas e da aplicação de métodos que

³ O paradigma social, na CI, é um dos três paradigmas expostos por Capurro (2003). Diferente do paradigma físico e cognitivo, o paradigma social não só considera a transmissão da informação para o sujeito, como também leva em consideração as relações sociais que influenciam neste processo de compartilhamento de conhecimento e informação.

beneficiem a disponibilização da informação. Contudo, sem um estudo de usuários destas minorias torna-se inviável o planejamento de qualquer atividade inclusiva tendo em vista o desconhecimento das realidades dessas pessoas e suas reais necessidades de informação. Além disso, quando se pensa em unidades de informação, a exemplo da biblioteca escolar, está se falando também de uma instituição que precisa ter suas necessidades atendidas de modo a lidar com tais questões de preconceito.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão que buscou se trazer, neste artigo, se pauta nos estudos de comunidade originados na Escola de Chicago, movimento intelectual originado entre as décadas de 1920 e 1930, por membros vinculados ao Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago. E que, com o passar do tempo, passou a influenciar as demais áreas, como a Biblioteconomia. As aproximações da temática com a Ciência da Informação se dá pela possibilidade de diálogo com algumas minorias sociais presentes hoje, no Brasil. No entanto, dado o recorte desde estudo, pautado na existência da Lei 12.244 de 2010, entende-se que a temática poderia ser debatida a partir do escopo de atuação da biblioteca escolar.

Os objetivos específicos da pesquisa foram cumpridos tendo em vista que foi possível, por meio de discussão teórica e histórica, compreender os estudos de usuário a partir do desenvolvimento dos estudos de comunidade da Escola de Chicago. Também se discutiu sobre as minorias sociais existentes no Brasil e que, aqui, foram representadas pela população LGBTT, negros e indígenas. Com isso, a reflexão sobre as relações que os estudos de comunidade podem ter com o olhar da Ciência da Informação para estas minorias sociais, no contexto da biblioteca escolar, foi alcançada.

Com o levantamento de tais práticas e estudos, percebe-se que, aos poucos, tais minorias começam a ser inseridas no contexto acadêmico e, também, pela área da Ciência da Informação. No entanto, os resultados apontam para uma produção bibliográfica específica na Ciência da Informação muito aquém do debate nacional. Entende-se que os profissionais da informação atuantes hoje, precisam compreender melhor as relações que

envolvem este cenário e que influenciam sobremaneira as necessidades dos usuários das unidades de informação, em especial, a biblioteca escolar.

A Ciência da Informação, por fim, possui o espaço da biblioteca escolar como um ambiente no qual transitam usuários dessas três minorias escolhidas e que precisa ser um ambiente de diálogo de modo a tornar-se um local inclusivo e que esse olhar possa se refletir na vida em sociedade tanto dos pertencentes a esses grupos, quanto dos que desconhecem realidade vivida por essas pessoas.

Os estudos científicos passaram a olhar para a sociedade há algum tempo e os estudos de comunidade, originados na Escola de Chicago, são uma prova disso. A presença de atividades de pesquisa, ensino e extensão envolvendo as minorias sociais no escopo de abordagem da Ciência da Informação, reflete um avanço da área. Nesse sentido, o artigo buscou trazer pontos de reflexão que se preocupam em tocar não só a área da Ciência da Informação, mas principalmente aos profissionais atuantes em bibliotecas escolares a fim de que este consiga, cada vez mais, cumprir seu papel social.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Abordagem interacionista de estudos de usuários da informação. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 4, n. 2, p.2-32, set. 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/S8vdM8>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

_____. Paradigma social nos estudos de usuários da informação: abordagem interacionista. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.22, n.1, p.145-159, jan./abr. 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/r4DLmk>>. Acesso em: 4 jan. 2013.

BECKER, Howard. A escola de Chicago. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 177-188, out. 1996. Disponível em: <<https://goo.gl/R1drqU>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

_____. **Falando da sociedade**: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2009. 310p.

BRASIL. IBGE. **Distribuição da população indígena no Brasil**. 2010. Disponível em: <<http://indigenas.ibge.gov.br/mapas-indigenas-2>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

BRASIL. Lei nº 12.244 de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 maio 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm> Acesso em: 04 ago. 2017.

CALIXTO, Adeilton Alves; CÔRTEZ, Gisele Rocha; SOARES, Gilberta Santos. Rompendo o silêncio: a informação no espaço LGBT do estado da Paraíba. **Archeion Online**, [S.l.], v. 4, n. 2, p. 83-105, dez. 2016. ISSN 2318-6186. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/archeion/article/view/32313/16946>>. Acesso em: 08 ago. 2017.

CÂNDIDO, Ingrid Maria Bezerra. **Ditadura, cultura e homossexualidades: o Lampião da Esquina e a Manifestação Cultural de Minoria (1978 - 1981)**. 2017. 64 f. TCC (Graduação) - Curso de Bacharelado em História, Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/19291/1/2017_IngridMariaBezerraCandido_tcc.pdf>. Acesso em: 28 set. 2018.

CAPURRO, Rafael. Epistemología y ciencia de la información. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/542/CONFESP_Capurro.pdf?sequence=1>. Acesso em: 04 out. 2018.

CHAVES, L.G. Mendes. Minorias e seus estudos no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v.2., n.1, p. 149-168, 1971. Disponível em: <http://www.rcs.ufc.br/edicoes/v2n1/rcs_v2n1a8.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2018.

CORRÊA, Elisa Cristina Delfini et al. Bibliotecário escolar: um educador?. **Revista Acb**, Florianópolis, v. 7, n. 1, p.107-123. 2002. Disponível em: <<http://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/379/458>>. Acesso em: 26 fev. 2016.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2008. 451p.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Estudos de usos e usuários da informação**. Brasília, DF: IBICT, 1994. 154p.

_____. **Paradigmas modernos da ciência da informação: em usuários, coleções, referência & informação**. São Paulo: Polis, 1999. 168p.

GÓES, Lúcia Pimentel. **Introdução à literatura para crianças e jovens**. São Paulo: Paulinas, 2010. (Coleção literatura & ensino).

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011. 107p. ISBN 9788501049650.

GOMES, Vantoan José Ferreira. **Cor, vulnerabilidade social, estatísticas e políticas públicas**. 2004. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pesquisas Sociais e Estudos Populacionais, Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/ence_dissertacao_2004_VJFGomes.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2017.

GUIMARÃES, Rosele Martins. Livros para ler, explorar e imaginar. **Pátio: educação infantil**, Porto Alegre, v.11, n.35, p. 19-21, abr./jun. 2013.

INSTITUTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS (Brasil). **Indígena Digital**. [2016?]. Disponível em: <<http://www.iela.ufsc.br/indigena-digital#apresentacao>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES 492/2001**: Diretrizes curriculares para os cursos de Biblioteconomia. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

ORTEGA, Cristina Dotta. Relações históricas entre biblioteconomia, documentação e ciência da informação. **DataGramZero**, v. 5, n. 5, p. 00, 2004. Disponível em: <<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/v/a/2048>>. Acesso em: 25 jul 2017.

PETIT, Michéle. A biblioteca como uma segunda oportunidade. **Pátio**: educação infantil, Porto Alegre, v.2, n.7, p. 19-21, 2011.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. **A inserção da temática africana e afro-brasileira no ensino de Biblioteconomia da Universidade do Estado de Santa Catarina**. 2016. 164 f. TCC (Graduação) - Curso de Biblioteconomia - Hab. Gestão da Informação, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <<http://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/00002f/00002ff1.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

SILVA, Marcos Gomes. **Informação e população carcerária**: estudo de usuários de informação na Penitenciária José Maria Alkmin, ribeirão das Neves-MG. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008a. Disponível em: <<https://goo.gl/wNta1b>>. Acesso em 08 ago. 2017.

SILVA, Ronaldo Alves. **As práticas informacionais das profissionais do sexo da Zona Boêmia de Belo Horizonte**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008b. Disponível em: <<https://goo.gl/vLs3Gd>>. Acesso em: 08 ago. 2017.

SOARES, Angelo. As origens do conceito de assédio moral no trabalho. **Revista brasileira de saúde ocupacional**, São Paulo, v. 37, n. 126, p. 284-286, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572012000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 out. 2018.

Recebido em: 24 de março de 2018 Aceito em: 08 de outubro de 2018
--